

## Notas sobre a burguesia de Sines no dealbar do século XX.

JOÃO MADEIRA

[jmmadeira@gmail.com](mailto:jmmadeira@gmail.com)

Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH

### Resumo

Após um período de decadência das pescas, o desenvolvimento de Sines entre o meio do século XIX e inícios de XX, que se verificou em torno da indústria corticeira e do movimento comercial portuário, gerou uma burguesia muito diversificada e heterogénea, principalmente de pequena e média dimensão, que soube entrelaçar em defesa dos seus interesses a restauração do concelho, o associativismo económico e a reclamação de infraestruturas, decaindo com a evolução conjuntural entre guerras.

### Palavras-chave:

Indústria corticeira, burguesia, mobilidade social, atividades portuárias.

### Abstract

After a period of fisheries decay, the development of Sines between the middle of the 19th century and the beginning of the 20th, which involved the cork industry and the port commercial movement, generated a very diverse and heterogeneous bourgeoisie, mainly of small and medium dimension, which knew how to contribute, in defense of its interests, to the restoration of the county, the economic association and the claim for infrastructures, which led to the decadence of the conjunctural evolution between wars..

### Key concepts:

cork industry, bourgeoisie, social mobility, port commercial movement.

## Introdução

Os escassos estudos de História Local contemporânea sobre Sines têm, nos últimos trinta e cinco anos, incidido sobretudo sobre temas de história económica, política e social, beneficiando principalmente de fontes dos arquivos históricos municipais de Sines e Santiago do Cacém, incontornáveis, mas inevitavelmente insuficientes, o que tem sido possível ampliar com recurso à imprensa, local e nacional, e a material arquivístico de carácter notarial, paroquial, judicial ou outro, depositado em arquivos regionais ou centrais, como o Arquivo Distrital de Setúbal, a Torre do Tombo ou o Arquivo Central da Marinha. As fontes orais e alguns testemunhos ficcionados têm sido particularmente úteis em relação a períodos mais recentes.

É do conhecimento alargado e do cruzamento de todas as fontes que mais tem progredido a História sobre a contemporaneidade de Sines, ainda consideravelmente parcelar e superficial, que se tem refletido em artigos publicados em revistas de divulgação (MADEIRA, 1986 e 1991), edições de iniciativa municipal (CAMPOS, 2017, PEREIRA & PATRÍCIO, 2017), em comunicações aos Encontros de História do Alentejo Litoral (ACTAS...: 2009, 2010, 2013, s.d.) ou no âmbito de

dissertações de doutoramento, defendidas, designadamente, na Universidade de Évora (GUIMARÃES, 2006 e QUARESMA, 2014).

Ainda longe de sínteses consistentes (PEREIRA & PATRÍCIO, 2017) e com base no conhecimento disponível, procura-se neste artigo contribuir para delimitar, na sua pluralidade, o perfil da burguesia de Sines da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, em correlação com as principais atividades económicas e a influência dos capitais estrangeiros, com os mecanismos de alargamento da elite local, onde reivindicações ao nível dos melhoramentos portuários, da rede de estradas e da ferrovia se misturavam com o associativismo económico e a pressão pela restauração do concelho.

### 1. O ressurgimento de Sines

Na longa linha da costa alentejana, a baía de Sines constitui, depois de dezenas de quilómetros de areal contínuo, um porto natural ao abrigo dos ventos dominantes, onde, com considerável segurança podiam acostar os barcos que de Lisboa ou de Setúbal demandavam o Algarve e que era, por sua vez, importante porto de pesca e via de acesso ao mar num território isolado e escassamente povoado.

A um canto dessa baía foi, em tempo recuado, com referências que remontam a finais do século XV (CAMPOS 2017:85), construída uma

calheta, abrigo pequeno e esguio que aproveitava a restinga rochosa e a falésia, acrescentando-lhe a muralha tosca de um molhe, modesta proteção contra os ventos tempestuosos de sul e sudoeste, sempre subdimensionado e com problemas de assoreamento.

Foi sobretudo a pesca que moldou Sines como o mais importante porto natural da costa alentejana, mas, ao longo do tempo, por aí circularia trigo, madeira de sobro e azinho, carvão, frutícolas ou vinho. Admitindo-se ou não a decadência das pescarias em finais do século XVIII (QUARESMA 2014: 52-53) com uma remota tradição em formas proto-capitalistas de organização, como eram as armações de pesca, o que vai, décadas mais tarde, projetar a sua importância é o incremento da atividade comercial.

Em 1849, regista-se a exportação 2856 caixas de laranja e 10622 quintais de cortiça para Inglaterra (LOPES, 2016: 152-157), com a existência de representantes consulares desse país e de Espanha atestando a importância do fluxo comercial.

Em consequência, reclamam-se melhores condições portuárias. Em 1839, por exemplo, um próspero negociante local protesta junto da

vereação municipal contra os vários navios que, vindo carregar cortiça e laranja, lançam ao mar na zona do ancoradouro o lastro de pedras que trazem <sup>1</sup>, danificando as condições de ancoragem das embarcações de maior porte, sendo patentes as preocupações da vereação com a reedificação e melhoramento das condições da calheta e do caminho da Ribeira <sup>2</sup>.

No caso da cortiça, há notícia, logo em 1838, da existência de uma primeira fábrica, a Biester, Falcão e C<sup>ia</sup>., sociedade com capitais ingleses e portugueses, que utilizava energia vapor para cozedura da cortiça com máquina patenteada para o efeito <sup>3</sup>, o que lhe permitia a produção de cortiça em prancha para exportação.

A meio do século, são referidas mais duas fábricas de cortiça, ainda que de menor dimensão, de capitais ingleses, em que tinham interesses os irmãos Samuel e Carlos Pidwell, oriundos de Penzance, no condado da Cornualha, sudeste de Inglaterra, radicados em Sines desde o primeiro terço do século XIX.

A presença de capitais ingleses acompanha ao longo do século o dinamismo económico e o desenvolvimento de uma burguesia local,

<sup>1</sup> Cf. AHS, C/A-1, Actas da Junta de Paróquia de Sines, 1838-1864, Acta de 18 de Maio de 1839

<sup>2</sup> Cf. AHS, A/B 13, Vereações de 18 de Outubro de 1834 a 1 de maio de 1841, Acta de 18 de Março de 1836

<sup>3</sup> Cf. Revista Universal Lisbonense, 44, de Novembro de 1847

apostando no tratamento e comércio da cortiça, a que vão acrescentar interesses na pesca, na agricultura e na propriedade urbana.

Samuel Pidwell, sócio gerente da corticeira Biester, Falcão e C<sup>ia</sup>, é também sócio da Armação Nova, uma sociedade por quotas criada em 1837<sup>4</sup>, e multiplica compras de casas na vila e propriedades em vários pontos do concelho, designadamente na zona de terrenos férteis e alagáveis da Ribeira de Moinhos, propícios à recente e muito rentável cultura do arroz, desenvolvendo ao longo dos anos 50 de Oitocentos uma estratégia de concentração de propriedade por compra ou permuta de courelas e foros<sup>5</sup>.

Entre 1851 e 1866, o valor da exportação de cortiça mais do que quintuplicou (SILVA 1866, reed. 2009: 105) e por esta altura pelo porto de Sines saía cerca de 40% do total de cortiça exportada (QUARESMA, 2014: 106). Em finais do século encontram-se instaladas fábricas de capitais catalães, como a Pratz, a Arps ou a Ramon Granès, com um sistema de produção distinto dos ingleses e em 1900 abre em Sines a O. Herold, de capitais alemães, que dispunha de larga capacidade produtiva.

Esta intensificação da comercialização e transformação da cortiça correspondia em Sines à necessidade de aproximar essas operações da origem da matéria-prima, um vasto *hinterland* que abrangia os concelhos de Santiago do Cacém, Grândola, Ferreira do Alentejo, Odemira e Aljustrel, fazendo do encurtamento das distâncias uma forma de aliviar custos, significativamente agravados pelo recurso intenso a força de trabalho assalariada, não obstante a precariedade das condições portuárias e a quase inexistente rede de estradas (GUIMARÃES :70). Por outro lado, a saída de pescado para o mercado interno através do porto de Sines praticamente triplicou entre 1853 e 1866 (SILVA, 1866: 105) e até ao final do século e nos anos seguintes multiplicaram-se as armações de pesca, sociedades por quotas, gerando lucros significativos, recorrendo a trabalho assalariado que por vezes tinha de vir de fora. Ainda que em menor número desde finais do século XIX que se fundam em Sines fábricas de salga e preparação de peixe, com capitais sobretudo franceses.

O porto reflete à sua escala e com as suas limitações esta circulação

<sup>4</sup> Cf AHS A/3B-3 [cota antiga], Acta de 26 de Junho de 1839

<sup>5</sup> Cf, por exemplo ADS, Núcleo Notarial de Sines, Livros n.ºs 32, 33 e 34, de 13 de Setembro de 1851 a 19 de

Abril de 1856, de 19 de Abril de 1856 a 11 de Novembro de 1857 e de 14 de Outubro de 1857 a 4 de Fevereiro de 1859, respetivamente

de mercadorias que implicava a existência de comerciantes e negociantes, a presença de industriais estrangeiros, mas também nacionais, e, naturalmente, um conjunto de assalariados, de homens dos ofícios e de pequenos comerciantes, a montante e a jusante das atividades portuárias.

## **2. Na alvorada de um capitalismo débil**

A crescente utilização da energia-vapor nas atividades industriais em Sines parece acompanhar, à sua escala, o que se verifica a nível nacional, cujos valores decuplicam na segunda metade do século XIX, segundo os Inquéritos Industriais de 1852 e 1881 (CABRAL 1979: 26). Estamos, porém, perante um modelo de crescimento baseado no sector exportador de produtos primários, como a cortiça, o vinho, o gado ou as madeiras. No caso da cortiça, trata-se, sobretudo, da exportação da matéria-prima em bruto, mas onde se verifica uma crescente incorporação da cortiça trabalhada ou semi-trabalhada, correspondendo ainda a níveis muito elementares de atividades transformadoras, fosse no fabrico da rolha ou na exportação da cortiça em prancha, isto é, sujeita a operações simples como o aplanamento por cozedura, a raspagem, a prensagem e o quadramento. Se, em qualquer destas inter-

venções, há a incorporação da energia-vapor, o que continua a ser predominante é a intensa atividade manufatureira, dotada, nalguns destes procedimentos e em especial no caso da rolha, de um considerável grau de especialização.

A introdução de maquinismos no processo produtivo ocorre apenas nas décadas de setenta e oitenta do século XIX, com a garlopa para o fabrico da rolha, ou, a montante, da rabaneadora e da quadradora, destinadas à produção do quadro de cortiça, a partir do qual é fabricada a rolha (CUSTÓDIO, 1999: 91-94).

Segundo o Inquérito Industrial de 1890, são assinalados a nível nacional 119 maquinismos e motores, com destaque para as máquinas rolheiras, que representavam cerca de 58% desse total, sendo o concelho de Santiago do Cacém, de que Sines fazia parte ao tempo, o quarto a nível nacional na concentração desses equipamentos, depois de Silves, Lisboa e Setúbal (BERNARDO 1945: 319). Mas, tratou-se de uma lenta progressão, em que a produção manufatureira se manteria por longos anos, coexistindo com o recurso a maquinismos. É isso que explica que, no caso da rolha, por exemplo, de um pouco menos de um milhão de unidades exportadas em 1887, tenha atingido, vinte anos depois, a cifra de 4 milhões (CABRAL 1979:150).

No quadro deste modelo de crescimento, é possível estabelecer uma relação vantajosa entre o tipo de exportações verificado e a importação de produtos essenciais para o arranque da industrialização, que foi, todavia, tímido, continuando a assentar na exportação de produtos basicamente manufaturados, tanto mais que a estrutura do sector continuava a registar uma vasta presença de pequenas oficinas e fabricos, cuja capacidade produtiva era muito limitada e o trabalho desenvolvido rudimentar, fosse na prancha ou na rolha.

Situação semelhante se verificaria com as conservas de peixe, onde, com efeito propulsor, também foram injetados capitais estrangeiros em escala considerável, cujos efeitos se refletiram nos valores exportados. Ainda assim, em Sines a projeção do sector era consideravelmente mais modesta por comparação à cortiça. Apesar do aumento do número de armações de pesca, cinco em 1910, por exemplo, e de uma multiplicidade de pequenas embarcações e operar, o carácter sazonal da atividade, a variabilidade dos contingentes capturados ou a oscilação dos mercados no sector conserveiro parece terem condicionado a sua expansão.

Neste sector, o processo produtivo evolui lentamente de operações simples, como a mera a salga de peixe, para a produção da conserva

em lata. Em 1919 existiam em Sines três fábricas conserveiras, que utilizavam a folha de flandres e o estanho e as respetivas exportações adquiriam alguma expressão. Situação que era bastante distinta do único estabelecimento de preparação de peixe por salga, existente tinta anos antes.

A cortiça e as conservas terão marcado, até à primeira guerra mundial, esta relativa expansão de uma atividade industrial, virada sobretudo para a exportação, sem que, designadamente a cortiça em bruto ou semi-fabricada, deixasse de constituir o essencial do produto exportado. Entre 1910 e 1926 a cortiça em bruto raramente representou menos de 40% da cortiça exportada, a semi-fabricada ou em prancha raramente esteve acima dos 50% e a fabricada, nunca ultrapassou os 10% (MIRANDA, 1991: 82).

No quadro das grandes dificuldades trazidas pela primeira guerra mundial, as conservas foram o sector que melhor resistiu a essa difícil conjuntura, o que também se verificou, naturalmente, em Sines.

No desenvolvimento destas atividades foi fundamental o investimento de capitais estrangeiros no país, ingleses, primeiro e catalães, depois, no caso da industria corticeira e de capitais franceses no caso das conservas de peixe, muito atraídos pela proximidade no acesso à matéria-

prima e pela sua qualidade, bem como pelos baixos salários praticados, proporcionando mais valias muito significativas e induzindo ao investimento de capitais nacionais nos mesmos ramos, se bem que em escalas diferenciadas, o que era particularmente notório no sector corticeiro.

Na viragem do século XIX para o seguinte, particularmente entre a última década daquele e a primeira guerra mundial registaram-se interessantes taxas de crescimento económico, não obstante toda a sorte de dificuldades, atavismos estruturais e crises. Persistiram importantes problemas, designadamente ao nível da capacidade de integração económica, da complementaridade e interdependência sectorial, com profundas assimetrias regionais, que condicionaram e atrasaram seriamente a construção de um mercado interno nacional (JUSTINO, 2, 1989: 262), onde problemas relacionados com as infraestruturas em matéria de acessibilidades, designadamente portuárias e ferroviárias demorariam muito a ser solucionados.

Porém, o processo de desenvolvimento capitalista não tendo conseguido recuperar o atraso do país em comparação com os países mais industrializados dessa altura, não deixou de ter efeitos significativos

na sociedade portuguesa, designadamente na configuração da burguesia, grupo heterogéneo em composição e escala de rendimentos. Reportamo-nos a grupos e camadas sociais relacionadas com o comércio e os transportes, as profissões liberais, as camadas superiores da burocracia do estado e dos seus aparelhos, proprietários agrícolas e industriais, exercendo essa atividade por conta própria e vivendo, exclusiva ou parcialmente, dos rendimentos daí decorrentes. Os seus efetivos globais, apesar das dificuldades de contabilização, teriam aumentando cerca de 33% entre 1900 e 1911, duplicando entre o início do século e 1930 (MARQUES, 1991: 225-227).

Num país onde o sector agrícola permanecia preponderante e onde predominava a pequena propriedade de exploração individual ou familiar, o estágio de desenvolvimento do capitalismo em Portugal, baseava-se na exportação de produtos primários ou escassamente transformados. A sua estrutura, de concentração limitada e com poucas unidades produtivas de grande, ou mesmo média, dimensão, assentava, por isso, num mosaico muito fracionado, de pequenas fábricas, fabriquetas e oficinas e de micro-negócios relacionados com a transação e a distribuição comercial numa miríade de lojas e tendas.

Este quadro reforçava o carácter heterogéneo desta burguesia, bem

observável, mas de difícil subclassificação, contabilização e evolução, e, no caso dos seus sectores ou camadas intermédias, com um peso social porventura mais significativo que noutros países da Europa.

Fora dos grandes centros, Lisboa e Porto, configuraram-se nalgumas regiões e concelhos, em pequenas cidades e vilas, pólos de escala diferenciada, mas sempre de pequena ou média dimensão, cuja relativa importância derivava de uma determinada “especialização” económica possibilitada por uma maior ou menor conjugação de fatores. Era o caso da Covilhã, em relação aos lanifícios; do Barreiro, com a CUF, em relação à indústria química; de Setúbal no que se refere às conservas, de S. João da Madeira com a chapelaria ou de Silves quanto à indústria de transformação da cortiça. Também Sines constituiu um pequeno pólo, sobretudo corticeiro, bafejado pelas condições naturais do porto e pela proximidade do montado de sobro.

As dificuldades de acesso, dada a debilidade da rede de estradas, a insipiente rede ferroviária e o atavismo dos problemas portuários, principalmente em zonas periféricas, acentuava o isolamento destas regiões e localidades e realçava o carácter de microcosmos social.

### **3. Um pequeno concelho no litoral alentejano**

Sines era, em 1864, um pequeno concelho de uma única paróquia e

com grande maioria da população concentrada na vila, muito vulnerável às reformas administrativas oitocentistas, que substituíram o velho sistema de pequenos concelhos, que caracterizara o Antigo Regime, por “unidades políticas artificiais criadas ‘a partir de cima’” (HESPANHA, 1986: 43).

Nesta lógica, em 1855, o concelho de Sines foi suprimido e integrado como freguesia no grande concelho vizinho de Santiago do Cacém, o que coincidiu com o impulso económico verificado naquela localidade. Porém, esta incorporação não satisfez ninguém. Suscitou acrimónia por parte da emergente burguesia sineense e apreensão e discordância por parte da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, onde dominavam influentes elites ligadas à propriedade fundiária e afetas ao Partido Regenerador, que desenvolviam uma estratégia de grande concelho por agregação de freguesias e pequenos municípios vizinhos.

Para as elites de Santiago “A villa de Sines não póde oferecer vantagens algumas a este concelho, tanto pela grande diferença que existe entre os seus hábitos, costumes e revalidade dos seus povos com os d’este, como pela sua pobreza em geral, e quaisquer recursos pecuniários que d’ella se possam tirar hão de necessariamente ser absorvidos

---

nas suas despesas locais, sem que lhes sobeje para ajudar o resto do município a que vem pertencer...”<sup>6</sup>

A realidade era, porém, diferente, pois, com um movimento anual médio de mais de 200 navios, a importância económica e social de Sines enquanto freguesia do concelho de Santiago do Cacém era significativamente maior que a da própria sede do concelho em que se integrava. Mais população, maior dinamismo económico, uma elite social mais próspera e, em consequência, num contexto de eleições de base censitária, um significativo corpo eleitoral. Logo no ano económico de 1856-57, Sines contribuía com 63% para as receitas totais do concelho de Santiago do Cacém (SILVA, 1869: 160-161).

A elite de Santiago podia desvalorizar a importância do contributo de Sines para as receitas municipais, alertar para os encargos que representaria em matéria de despesa, mas parece ter temido principalmente o peso dos seus eleitores num sistema eleitoral baseado em fidelidades e cumplicidades de interesses. Mas, rapidamente vão reconhecer que Sines, pelo acesso ao mar, trazia efetivamente vantagens ao concelho. Por outro lado, a burguesia de Sines nunca se conformou com a supressão do concelho e com a dependência face a Santiago do Cacém.

Assim, a partir de 1863, a reclamação da restauração municipal ganha alento com uma representação ao Governo por parte da Junta de Paróquia, em que ressalta “a necessidade da restituição do Concelho de Sines, expondo-lhe o seu movimento commercial, elementos para se sustentar como tal, e prejuízos que soffria por estar unido a S. Thiago de Cacém...”<sup>7</sup>.

O crescendo deste movimento pela restauração do concelho coincide com a afirmação do porto de Sines como porta de embarque da cortiça proveniente dos montados da serra de Grândola e de mais longe, bem como do pescado e de outros produtos da terra. Pelo porto entravam, por sua vez, mercadorias como carvão ou trigo, em anos de maior carência. Aí acostava também o iate da carreira do Algarve, cuja suspensão suscitou sempre representações ao governo e aceso debate na Câmara dos Deputados.

São os interesses em torno deste movimento comercial, encorpado com a presença de ingleses, mas a que se vêm juntando ao longo do século espanhóis franceses, alemães, entrelaçando interesses comerciais e industriais com a pesca e as atividades agrícolas, que configuram o grupo de pressão empenhado na restauração do concelho, mas

---

<sup>6</sup> ACMSC, Administração do Concelho, Copiador de representações, nº 5, de 30 de Novembro de 1855

<sup>7</sup> AHCMS, C/A 1, Actas da Junta de Paróquia de Sines, 1838 – 1864. Acta de 3 de Março de 1863

que também tem consciência das dificuldades e dos obstáculos ao crescimento de Sines, sobretudo pelo subdimensionamento do porto, que se revelava inadequado à dinâmica económica.

O porto foi, aliás, objeto de sucessivos projetos de melhoramento e ampliação em 1843, 1857, 1878, 1884 e 1900, que, nalguns casos, eram requeridos diretamente pelos industriais e comerciantes de cortiça, como sucedera em 1884, quando o catalão Rafael Lés, associado ao inglês John Clark, pretenderam que lhes fosse permitido alargar em 50 metros o molhe da calheta, para construir um pequeno ancoradouro (LOUREIRO, 1909: 102-103).

Na viragem para o século XX, aumenta o número de fábricas de transformação da cortiça, surgem as primeiras de conserva de peixe, fundam-se novas armações de pesca e são referenciados os primeiros representantes de casas bancárias e de seguradoras.

O Jornal de Sines, ainda que de existência efémera, é expressão deste movimento que pressiona pela restauração do concelho, afirmando o editorial do seu primeiro número, em 1900, que “Se em resultado da propaganda que estamos dispostos a fazer, Sines conseguir a autonomia a que lhe dá direito à sua imensa população, o seu prospero

commercio, a sua florescente industria, o seu soberbo porto e magnífica praia, daremos por cumprida a nossa tão santa como ardua missão”<sup>8</sup>.

Este movimento persistente, que articulou no mesmo espaço geográfico poder administrativo e poder económico, que se expressou tanto através da imprensa como de iniciativas várias junto do poder central, conduziu de facto à restauração do concelho em 1914, protagonizado por uma rede vertical de influências que circulava pelos corredores do Parlamento e dos ministérios, transversal a vários partidos da República, mas devido em particular à ação dos deputados Francisco Ramos da Costa e António Santos Silva, ambos do Partido Democrático.

#### **4. A restauração do concelho**

Santos Silva apresenta a 4 de Março de 1914 na Câmara dos Deputados, um projeto de lei para a elevação de Sines a concelho, afirmando: “Esta vila é importantíssima, tem um porto magnifico (...) que permite a entrada de navios de grande tonelagem.

Industrialmente, é também importante, visto que tem cinco fábricas

---

<sup>8</sup> Jornal de Sines, 1, 4 de Novembro de 1900

de preparação de cortiça, cinco armações de pesca, fabricas de conserva de peixe e faz uma larga exportação para mercados estrangeiros”<sup>9</sup>.

A comissão instaladora e a primeira vereação do novo município incluía individualidades dos diversos partidos do espectro republicano existentes em Sines<sup>10</sup>. Aí encontramos comerciantes, industriais, proprietários agrícolas e urbanos, velhas e novas adesões ao republicanismo. O presidente da Comissão Executiva é José Marreiros da Rosa, um jovem proprietário de 26 anos, que integrara a Comissão Paroquial local do Partido Republicano em 1909 e que se manteria no Partido Democrático e o vice-presidente, Artur Zuzarte Pita, é farmacêutico, membro da Comissão Paroquial do Partido Evolucionista<sup>11</sup>, que já em 1908 apresentara rendimentos que o colocavam entre os trinta maiores contribuintes recenseados<sup>12</sup>. Ambos, como os restantes membros que integraram este órgão, eram simultaneamente eleitores e elegíveis à luz do recenseamento eleitoral de 1913 que, baseado na lei eleitoral de 3 de Julho desse ano havia circunscrito drasticamente o universo

eleitoral. Entre 1910 e 1913, por exemplo, 114 indivíduos perderam a sua condição de eleitor na freguesia de Sines. O corpo social onde era recrutada a elite municipal refinava-se num universo basicamente constituído pela burguesia local.

Esta elite interpretava os interesses e as necessidades das camadas e grupos sociais ligados fundamentalmente à indústria e ao comércio que girava em torno do porto, daí que a defesa da sua ampliação do porto pressupunha também a defesa de um conjunto de acessibilidades que permitisse a conexão com o hinterland alentejano. Foi nesta perspectiva que a reclamação da rede de estradas macadamizadas, insistente ao longo da segunda metade do século XIX, foi dando lugar à reivindicação de uma linha férrea que servisse o porto.

Tratava-se de um ramal que entroncava na linha do Sado, permitindo conduzir a cortiça dos montados de sobro até ao mar e fazendo com que o pescado chegasse aos concelhos do interior do Alentejo, conectando-se também com o ramal da Funcheira, desenhando assim uma grande transversal na região.

<sup>9</sup> Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 4 de Março de 1914, p.7

<sup>10</sup> Cf. AHS, A/B-19, Livro de Actas das Sessões da Comissão Instaladora do Concelho de Sines, Acta de 14 de junho de 1914 e A/B-21, Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Sines, de 10 de Agosto de 1914 a 2 de Janeiro de 1923, Acta de instalação da Câmara Municipal de Sines, 10 de

Agosto de 1914

<sup>11</sup> Cf. Organização partidária em S. Tiago de Cacém, in Republica, 778, de 15 de Março de 1913

<sup>12</sup> Cf PT/AMSC/AL/CMSC/R/001/2738, Livro de recenseamento geral dos eleitores e elegíveis do Concelho de S. Tiago de Cacém em 1910

A restauração do concelho de Sines, coincide, porém, com a deflagração da primeira guerra mundial, tendo, numa das primeiras sessões de Câmara, José Marreiros da Rosa, prevenido em relação aos efeitos do conflito na região, pois “*sendo a cortiça a principal produção, devido à suspensão de compras não haverá em breve nem dinheiro, nem trabalho*”<sup>13</sup>.

Efetivamente, Sines sofre os efeitos diretos da desarticulação do comércio internacional provocada pela guerra, o que faz com que o novo concelho se confronte desde logo com um ciclo de dificuldades acrescidas, designadamente com a interdição dos alemães exercerem atividade económica local. Em 1916, o administrador do concelho, a pedido do Delegado do Procurador da República em Santiago do Cacém, identifica as fábricas e os industriais pertencentes a “*súbditos inimigos*” – a Herold, propriedade alemã, cujo representante em Sines era Albrecht Von Kon e a de José Prats, que, sendo espanhol, estava, no entanto, domiciliado em Hamburgo. Em consequência, Prats, por exemplo, face à retenção dos carregamentos de cortiça, tivera de suspender a atividade da sua fábrica de cortiça<sup>14</sup>.

## 5. Uma lenta recuperação económica

A recuperação económica será lenta, operando-se, no entanto, através dos sectores tradicionais, principalmente a transformação da cortiça, com a criação de novas empresas, conforme reflete, por exemplo, o ritmo de concessão de alvarás entre 1916 e 1928.<sup>15</sup>

### Quadro 1

#### Concessão de Alvarás (1916-1928)

<b>Tipo de estabelecimento</b>	<b>Nº de Requerimentos</b>
Conservas de peixe	6
Indústria corticeira	16
Destilaria	2
Depósitos (adubos e combustíveis)	2
Fabrico de pão	2
Forjas de ferreiro	2
Ferrador	1

Fonte: AHS A/2G 1-10

<sup>13</sup> AHS, A/B21, Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Sines, de 10.8.1914 a 2.1.1923, Acta de 19.8.1914

<sup>14</sup> AHS B/3C-4 Correspondência para o Governador Civil, 1916, Livro 3, 115, de 12 de Maio

<sup>15</sup> AHS A/2G 1-10, [cota antiga], Autos de Concessão de Alvarás de Estabelecimentos

Mas a estrutura do sector mantém-se. Em 1927, segundo o administrador do concelho <sup>16</sup>, existiam em Sines 23 unidades corticeiras, 18 das quais eram pequenos fabricos que continuavam a cozer e recortar a cortiça com recurso apenas uma caldeira e uma força de trabalho diminuta e que, mantendo-se a par de unidades corticeiras mais robustas, conferiam predominância às pequenas unidades de feição artesanal, dotadas de limitada capacidade tecnológica.

A empresa Francisco Granés Lda, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, é uma destas novas empresas no sector <sup>17</sup>, constituída em Julho de 1920 com um capital de 10.500\$00. Dos seus cinco sócios, dois são proprietários com uma quota de 3000\$00, enquanto os restantes subscrevem quotas de 1500\$00 – um catalão, que dá o nome à sociedade, apresentado como industrial e que assumiria as funções remuneradas de gerente e caixa e, finalmente, dois operários corticeiros.

A presença de operários corticeiros na estrutura societária não é propriamente excepcional. Há, efetivamente, referências a antigos assalariados, mesmo antigos sindicalistas, que se tornam donos de pequenas

oficinas de cozer e talhar a cortiça, como João de Matos Leote, fiscal corticeiro, nomeado pela Associação de Classe em 1916 e que a partir de 1922 surge como membro dos Corpos Gerentes da Associação Comercial e Industrial de Sines até ao seu encerramento em 1927 ou de Alfredo Súpias, anarquista, colaborador de A Guerra Social antes de 1910, que se torna, mais tarde pequeno industrial corticeiro.

Esta presença operária que se verifica igualmente em sociedades comerciais, constituindo um indicador de mobilidade social, é, todavia, bastante menos frequente por comparação com a capacidade de aquisição de casas na vila, barcos de pesca, pequenas courelas ou hortejos. No caso da pesca, são significativos os negócios em torno da compra de embarcações à vela e a remos, com 5 e mais metros de comprimento, destinadas à faina costeira. Em 1925, ocorrem por sua vez transações envolvendo já embarcações motorizadas, com capacidade para vários homens. Na verdade, o sector nunca deixou de ser atrativo como área de investimento, em que intervêm tanto marítimos como trabalhadores de outros sectores.

Este interesse pela rentabilidade da pesca, mais do que como modo de

---

<sup>16</sup> Cf. AHS, B/3C-7, Copiador de Ofícios do Administrador do Concelho ao Governador Civil, Ofício nº 49, de 19 de Abril de 1927

<sup>17</sup> ADS, Cartório Notarial de Sines. Notas para actos e contratos entre vivos. Livro nº 124. Acto de 22 de Julho de 1920

vida, traduz-se também, embora mais limitadamente, pela posse e transação de ações nas armações. José Farias, por exemplo, falecido em 1918<sup>18</sup> deixa aos seus filhos, além de bens imóveis na vila de Sines, uma ação na sociedade de armação de pesca Santa Catarina, no valor de 222\$22, que, só por si, representava mais de 40% do valor do total dos seus bens.

A transmissão de ações das Armações de pesca por via testamentária era de algum modo frequente na estrutura patrimonial de camadas mais prósperas. João Filipe Guerreiro, comerciante, quando morre em 1918<sup>19</sup> era detentor de cinco ações na Sociedade de Armação de Pesca Esporoeira, fundada em 1906 com nove sócios. Porém, o seu património incluía ainda dez ações da Companhia de Seguros Previdência, além de bens móveis e imóveis, constituídos por parte de uma propriedade com terras de sementeira e montado de sobro na freguesia do Cercal, concelho de Santiago do Cacém; duas courelas no concelho de Sines, foreiras à Câmara Municipal, um carro de varais e um macho, três casas no núcleo central da vila, um estabelecimento comercial de mercearia, ferragens, fancaria e drogas e um rol significativo

de dívidas activas e passivas, mostrando o interesse em atividades especulativas, emprestando e contraindo empréstimos a juros, que, na época, podiam atingir os 10% ao ano.

Nesta lógica de interesses cruzados, é significativa a constituição, em finais de Novembro de 1923 da Empresa de Cabotagem Sineense<sup>20</sup>, com 93 sócios individuais ou coletivos, sobretudo empresas, de Sines, cujo objeto social é a “compra de barcos para a indústria de fretes, cargas e descargas”, com um capital de 63.000\$00. Tão grande concentração de acionistas evidencia bem o interesse depositado neste negócio por vários extratos da burguesia local e por sectores operários e de pequenos officios, cujas ações oscilavam entre cem e seis mil escudos.

## Quadro 2

### Empresa de Cabotagem Sineense

#### Profissões dos acionistas

Profissões	Nº
Proprietários	14
Industriais	19

<sup>18</sup> Idem, Livro nº 128. Acto de 24 de Dezembro de 1918

<sup>19</sup> ADS, TJCSC - 1ª secção/Orfanológicos - Sines. Maço nº 171, 1, de 16 de Dezembro de 1918

<sup>20</sup> ADS, Notariais de Sines, Livro 140, Escritura da Sociedade por Quotas da Empresa de Cabotagem Sineense, Lda., 29 de Novembro de 1923

Comerciantes	20
Empresas	5
Profissões liberais	5
Domésticas	2
Pequenos ofícios	6
Corticeiros	9
Marítimos	7
Empregados de comércio	6

Fonte: ADS, Notariais de Sines, Livro 140, 29.11.1923

A Sociedade era administrada por cinco indivíduos, todos membros da Associação Comercial e Industrial, que havia sido fundada em 1916, embora o seu processo de constituição remonte pelo menos a 1914, fundamentalmente por impulso das classes médias de Sines, onde vai encontrar-se grande parte destes sectores, incluindo muitos dos membros da Comissão Instaladora do Concelho.

A Associação Comercial e Industrial congregou cerca de meia centena de associados, principalmente comerciantes, seguidos dos proprietários e dos industriais, 82% dos quais integraram repetidamente os seus

órgãos sociais, quer fossem sócios em nome individual ou empresas, como a corticeira Herold Lda, as conserveiras Societé La Bretagne e Daniel & De Raimond, o depósito de adubos da CUF ou, ainda, pequenas e médias empresas locais como Chalbert & Costa Lda., Francisco Granés ou Monteiro & Fernandes <sup>21</sup>.

Estes seus associados partilhavam entre si tanto a participação nas vereações municipais, nas comissões e grupos constituídos por nomeação administrativa, como as Juntas de Repartidores das Contribuições Predial e Industrial, as Comissões de Administração dos Bens Eclesiásticos, as Juntas de Assistência aos Indigentes ou as Comissões de Recenseamento Militar. Simultaneamente, ocupavam lugares de destaque noutras instituições locais, como a Misericórdia, a Associação de Socorros Mútuos, coletividades recreativas ou confrarias religiosas.

A Associação será coercivamente extinta, por ter apoiado o movimento republicano contra a Ditadura Militar de Fevereiro de 1927. Para o administrador do concelho, os seus membros eram “inimigos do movimento militar de 28 de Maio [que] procuraram os lugares na

<sup>21</sup> Cf AHCMS, A/B-33, Livro de Actas da Assembleia Geral da Associação Comercial e Industrial de Sines e A/B-34, Livro de Actas das Sessões de Direcção da Associação Comercial e Industrial de

Sines

Câmara e na administração do concelho que a mesma revolução lhes retirara”<sup>22</sup>. Nos últimos anos da República assistira-se já a um processo de diferenciação interna, que acompanhou o processo de erosão política ocorrida, que isolou os membros do Partido Democrático, culminou em cisão, por parte dos elementos mais conservadores que vão constituir o Grupo de Defesa dos Interesses de Sines, de onde sairá o núcleo central da futura comissão concelhia da União Nacional.

## 6. Burguesias emergentes

A prosperidade destas diferentes camadas sociais intermédias que constituem a burguesia em Sines, é particularmente visível através dos valores médios dos bens transmissíveis nos inventários orfanológicos. No período 1914-1920, o valor médio desses bens aumenta consideravelmente, ainda que, além dos interesses no comércio e na indústria se registre ainda um grande peso dos bens fundiários.

Trata-se de um grupo ativo que vive principalmente da atividade no comércio local, retalhista ou por grosso, mas também detentor de propriedades urbanas e rurais, mas recorrendo à atividade prestamista e

beneficiando de comissões de representação de bancos ou de companhias de seguros.

Em 1927, Carlos e Samuel Pidwell, os dois velhos patriarcas desta família de origem britânica, que haviam chegado a Sines em meados do século XIX, já tinham falecido, mas os seus descendentes, que mantinham a nacionalidade de origem, continuaram a exercer um domínio social duradouro, casando-se com filhas e filhos da burguesia local, por vezes com contratos antenupciais registados notarialmente, processo através do qual teceram ao longo de várias décadas uma intrincada rede de interesses e sociabilidades. Nesta altura, os Pidwell iam na terceira geração em Sines e as duas gerações anteriores já haviam nascido no concelho e eram filhos de mãe portuguesa.

Tal situação verifica-se também com os negociantes e industriais de cortiça catalães, como Francisco Bigas ou Francisco Granés e Puig, residentes no concelho desde 1882 e 1902, respetivamente <sup>23</sup>. Por essa altura já se haviam instalado, anos antes, outros industriais catalães originários da região de Girona, como José Frigola e Frou e Rafael Lés e Pla, cujos testamentos têm como testemunhas apenas operários

---

<sup>22</sup> AHS, B/3C – 7, Copiador de ofícios do Administrador do Concelho ao Governador Civil, 1923-1929, ofício de 7 de Março de 1927

<sup>23</sup> Cf AHS, A/C-118, Mapa de Estrangeiros residentes na área do concelho, 23 de Junho de 1927

corticeiros<sup>24</sup>

Estes industriais e negociantes, que rapidamente se interessaram pela propriedade urbana e fundiária compunham com poucos elementos nacionais a camada superior desta burguesia sineense. Os seus investimentos na cortiça, como noutros sectores económicos, induziram outros, mais modestos e com menos capacidade financeira a apostar os seus capitais em diferentes áreas de negócio, conferindo à burguesia local uma considerável heterogeneidade, incorporando camadas consideravelmente vastas de pequenos, ou pequeníssimos, proprietários, base da escala social possidente, detentores de bens imóveis, geralmente de reduzida dimensão, que, no caso das courelas na periferia da vila, exploravam em regime familiar, sem recurso a força de trabalho assalariada, a não ser excepcionalmente.

Aliás, a conjuntura da primeira grande guerra, em particular, trouxe importantes mudanças que não sendo propriamente de estrutura se traduziram numa “movimentação individual acelerada dentro dos vários grupos burgueses” (MARQUES, 1980: 43), o que foi conjunturalmente favorecido, por exemplo, pelas Comissões de Subsistências

sempre compostas por representantes da pequena e da média burguesia local, em representação das instituições administrativas, como a Câmara Municipal e das principais atividades económicas – a agricultura, o comércio, a indústria, a pesca.

Cabia-lhes prover o abastecimento público, velando pela distribuição dos géneros fiscalizando contra o açambarcamento na produção ou na distribuição e providenciando a sua “importação” de fora do concelho ou da região sempre que necessário, o que permitiu que, no pós-guerra gente ligada ao comércio retalhista e por grosso, viessem, com os pecúlios acumulados, a dispor do capital necessário para constituírem ou participarem na constituição de novas empresas e sociedades por quotas.

Tratou-se, no entanto, de um universo muito fechado sobre si próprio, condicionado pelas limitações do seu porto e das estradas de acesso e, como tal fortemente permeável às oscilações conjunturais e que, por isso mesmo, pressionou insistentemente a construção do ramal ferroviário, que se iniciaria em 1919 a partir de Ermidas, local onde entroncava com a linha do Sado, convicto de que, quando chegasse a Sines, o que só sucederia em em 1936, a vila se tornaria no “natural

---

<sup>24</sup> Cf AHMSC, Testamentos, Livros 23 e 29, de 1882 e 1886

entreposto do Baixo Alentejo”<sup>25</sup>.

A capacidade de se configurar como lobby significa que esses grupos levam mais longe essa consciência, passando a intervir a um nível mais global que não o estritamente económico, penetrando ou reforçando a sua efetiva capacidade de intervenção nas esferas do social e do político, como se verificou tanto no processo de restauração do concelho como na adesão da Associação Comercial e Industrial à União da Agricultura, Comércio e Indústria, a grande central nacional de interesses patronais.

Porém, a decadência acentuada que se operou nos negócios da cortiça a partir da década de 30 do século XX, muito ligada a uma conjuntura internacional desfavorável, mas também afetada pela incapacidade ou falta de vontade de adequação e apetrechamento portuário contiveram e condicionaram o desenvolvimento de Sines, mantendo-o como núcleo isolado com poucas possibilidades de fazer face à progressiva concentração industrial nas cinturas de Lisboa.

Tratou-se de uma burguesia que soçobrou com a crise e decadência da transformação e comercialização da cortiça e com a incapacidade dos regimes políticos desde a Regeneração à Ditadura Militar e ao

salazarismo, passando pela República, terem percebido a importância estratégica de Sines e do seu porto.

## Referências Bibliográficas

### Fontes Arquivísticas

Arquivo Distrital de Setúbal

Arquivo Municipal de Santiago do Cacém

Arquivo Municipal de Sines

Arquivo do Tribunal da Comarca Judicial de Santiago do Cacém

### Fontes impressas

BERNARDO, Hernâni de Barros, Do estado actual da indústria corticeira. Em torno da industrialização, in Boletim da Junta Nacional de Cortiça, 79, Março de 1945, pp 317-323

Diário da Câmara dos Deputados, 1914 (<https://debates.parlamento.pt>)

LOPES, Francisco Luis, Breve Notícia de Sines [Lisboa, Typ. de O Panorama, 1850], reed. da CM de Sines, 2016

LOUREIRO, Adolfo, Os Portos Marítimos de Portugal, IV volume, Imprensa Nacional, Lisboa, 1909

SILVA, Padre António Macedo e, Anais do Municipio de Sant'Iago de Cacem [Lisboa, Imprensa Nacional, 1869], reedição Poder das Letras, Santiago do Cacém, 2009

### Imprensa

---

<sup>25</sup> O Ramal de Caminho de Ferro para Sines, in A Folha de Sines, 3, de 1 de Agosto de 1919.

A Folha de Sines, 1919

A Guerra Social, 1908

Diário da Camara dos Deputados, 1914

Jornal de Sines, 1900

Republica, 1913

Revista Universal Lisbonense, 1844

### **Bibliografia**

Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2009

Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2010

Actas do 3º Encontro de História do Alentejo Litoral, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2013

Actas dos 4º e 5º Encontros de História do Alentejo Litoral 2011 e 2012, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, s.d.

CABRAL, Manuel Villaverde, Portugal na alvorada do século XX, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979

CAMPOS, António Manuel Costa, Ribeira de Sines de 1601 a 1970. Obras portuárias e actividades económicas, in Actas do Colóquio Sines, o porto e o mar, Arquivo Municipal de Sines, 2017, pp 84-103, Sines\_História\_e\_Património\_o\_Porto\_e\_o\_Mar\_-\_Atas.pdf

CUSTÓDIO, Jorge, Tecnologias e maquinismos na Avern. Sons & Barris de Silves, in Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo, Silves, Fábrica do Inglês SA, 1999, pp 83-113

GUIMARÃES, Paulo, Elites e indústria no Alentejo (1890-1960). Um es-

tudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal Contemporâneo, 2 vols., Lisboa, Colibri/CIDHEUS, 2006

HESPANHA, António Manuel, Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime, in Ler História, 8, 1986, pp 35-60

JUSTINO, David, A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913, Lisboa, Vega, 2 vols, 1989

MADEIRA, João, A Greve dos Corticeiros de Sines em 1908, in História, 1ª série, 87, Janeiro de 1986, pp 48-58

MADEIRA, João, Os corticeiros e o sindicalismo em Sines, in História, 1ª série, nº 148, Julho de 1991, 33-49

MARQUES, A. H. de Oliveira, A Primeira república Portuguesa, Livros Horizonte, Lisboa, 1980

MARQUES, A. H. de Oliveira (Coordenação de), Portugal da Monarquia para a República, Nova História de Portugal (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), XI volume, Lisboa, Editorial Presença, 1991

MIRANDA, Sacuntala de, Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939), Lisboa, Teorema, 1991

PEREIRA, Paula e PATRÍCIO, Sandra, Sines, a terra e o mar, Sines, Câmara Municipal, 2017

QUARESMA, António Martins, O rio Mira no sistema portuário do litoral alentejano (1851-1918), Lisboa, 2014.

**Nota Biográfica:**

João Madeira é doutorado em História Política e Social Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e investigador do Instituto de História Contemporânea.

Áreas de Investigação: História do Alentejo Litoral, História do PCP e das Oposições ao Estado Novo, Violência Política no Século XX, A Esquerda radical e transição para a democracia (1974-1986).

Da Comissão Organizadora dos XII Encontros de História do Alentejo Litoral, realizados desde 2008.

Autor de Os Engenheiros de Almas (Estampa, 1996), História do PCP (Tinta da China, 2013), O Atentado a Salazar (Esfera dos Livros, 2013), Francisco Martins Rodrigues: Documentos e papéis da clandestinidade e da prisão (Ela por Ela/Abrente, 2015), Carlos Aboim Inglês: um intelectual comunista (Assembleia da República, 2020).